

# “CORTINA DE FUMAÇA” OU MISOGINIA? DESVELANDO A RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE AVANÇO DO CONSERVADORISMO MORAL E DA AUSTERIDADE ECONÔMICA NO BRASIL

Fernanda Mitsue Soares Onuma<sup>1</sup>  
Aline Lourenço de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

Mesmo diante do retrocesso de direitos de mulheres e população LGBTQIA+, militantes e pesquisadoras têm sido acusadas no Brasil de se ocuparem de "cortinas de fumaça", em detrimento do "ponto principal" que seria o avanço da pauta econômica neoliberal. Em contraponto, apresentamos que as ofensivas neoconservadoras são constituídas da fagulha (e não da fumaça) que gerou as chamas que consomem nossa economia. Utilizando o conceito de reprodução social, articulado a contribuições de Friedrich Engels (1976 [1884]) e de Ruy Mauro Marini (2008 [1973]), explicamos como nosso capitalismo dependente se origina do fato da divisão internacional do trabalho nos ter relegado papel fundamental na reprodução social das classes trabalhadoras das nações do capitalismo central. A partir daí, explicamos a relação intrínseca entre conservadorismo moral e austeridade econômica (que formam o neoconservadorismo), colaborando para aclarar visões deturpadas pela verdadeira cortina de fumaça: a misoginia do *mainstream* acadêmico.

**Palavras-Chave:** Reprodução social; Patriarcado; Estado; Capitalismo Dependente; Neoliberalismo.

¿“CORTINA DE HUMO” O MISOGINIA? REVELANDO LA RELACIÓN INTRÍNSECA ENTRE EL AVANCE DEL CONSERVADORISMO MORAL Y LA AUSTERIDAD ECONÓMICA EN BRASIL

## RESUMEN

A pesar del retroceso en los derechos sociales y humanos de las mujeres y la población LGBTQIA+, los críticos acusan a activistas e investigadores en Brasil de ocuparse de "cortinas de humo" en detrimento del "punto central" de la agenda económica neoliberal. En contrapunto, presentamos las ofensivas neoconservadoras como constituidas por la chispa (y no el humo) que generó las llamas que consumen nuestra economía. Utilizando el concepto de reproducción social, articulado

<sup>1</sup>Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras-MG (UFLA) Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG).

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG).

con aportes de Friedrich Engels (1976) y Ruy Mauro Marini (1973), explicamos cómo nuestro capitalismo dependiente se origina en el hecho de que la división internacional del trabajo nos ha relegado a un papel fundamental en el desarrollo social. reproducción de las clases trabajadoras de las naciones del capitalismo central. Explicamos la relación intrínseca entre el conservadurismo moral y la austeridad económica (que forman el neoconservadurismo), ayudando a aclarar visiones distorsionadas por la verdadera cortina de humo: la misoginia de la corriente académica dominante.

**Palabras clave:** Reproducción Social; Patriarcado; Estado; Capitalismo Dependiente; Neoliberalismo.

**"SMOKE-SCREEN" OR MISOGYNY? UNVEILING THE INTRINSIC RELATIONSHIP BETWEEN THE ADVANCE OF MORAL CONSERVATISM AND ECONOMIC AUSTERITY IN BRAZIL**

### **ABSTRACT**

Despite the setback in social and human rights for women and the LGBTQIA+ population, critics accuse activists and researchers in Brazil of occupying themselves with "smoke screens" to the detriment of the "main point" of the neoliberal economic agenda. In counterpoint, we present those neoconservative offensives as constituted by the spark (and not the smoke) that generated the flames that consume our economy. Using the concept of social reproduction, articulated with contributions from Friedrich Engels (1976) and Ruy Mauro Marini (1973), we explain how our dependent capitalism originates from the fact that the international division of labor has relegated us to a fundamental role in the social reproduction of the working classes of the nations of central capitalism. We explain the intrinsic relationship between moral conservatism and economic austerity (which form neoconservatism), helping to clarify visions distorted by the real smokescreen: the misogyny of the academic mainstream.

**Keywords:** Social Reproduction; Patriarchy; State; Dependent Capitalism; Neoliberalism.

### **INTRODUÇÃO**

Apesar dos grandes avanços alcançados pelas lutas de mulheres e homens, ao longo dos séculos, em busca da superação de injustiças sociais, ainda é possível observar, mesmo em pleno século XXI e atravessando uma crise sanitária de escala global (que, certamente, entrará para a História), um abismo no tratamento social conferido a homens e mulheres. As mulheres conquistaram direitos, avançaram em suas possibilidades de trajetórias sociais, desvinculando-se do arbítrio de homens como pais, filhos e esposos sobre suas vidas, carreiras e matrimônios. Todavia, tratar a respeito de temas que, como sugere o título deste trabalho,

estejam ligados a estudos dentro da vasta e plural bibliografia acadêmica produzida por intelectuais feministas segue atraindo maior atenção entre leitoras e pesquisadoras mulheres.

Por esta razão, julgamos essencial a ampliação do debate sobre questões que afetam mulheres para convidar mais homens aos estudos feministas, apontando, a partir da teoria da reprodução social, como as teóricas críticas do feminismo marxista nacional e internacional têm proporcionado diagnósticos bastante acurados sobre as esferas econômicas e, portanto, políticas, nas quais homens têm maior sensação de estarem contemplados no debate. Afinal, discussões sobre as diferentes violências que acometem os corpos, as mentes e as emoções de mulheres, aparentemente, não dizem respeito aos homens, mas a questões do foro privado de mulheres. Tratemos, pois, de questões "públicas", palco já habitual ao público masculino.

Importa ressaltar, contudo, sobretudo aos homens, que o reconhecimento das contribuições teóricas de estudos feministas não se trata de uma discussão de caráter moral, mas sim, de uma proposição teórica visando ao rompimento com uma concepção ontológica limitada da sociedade, que revela a influência patriarcal nas ciências. Saffioti (2015, 41) critica os cientistas que acreditam em uma suposta "neutralidade" das chamadas "ciências duras" (*hard Science*), as ciências exatas e naturais, em contraposição a um alegado "comprometimento político ideológico" das ciências humanas e sociais que, na concepção destes, seriam não científicas e, assim, "perfumarias".

Como ressalta a autora, todo conhecimento científico é conhecimento social, em razão de refletir o momento histórico, político e social em que foi produzido (SAFFIOTI, 2015). A fim de ilustrar o engajamento político-ideológico presente também nas chamadas ciências duras, Saffioti (2015) relembra o exemplo histórico da Segunda Guerra Mundial e dos cientistas da ciência dura da Física que se engajaram na construção da bomba atômica. Enquanto Bohr, na Dinamarca ocupada por nazistas, se alinhava ao governo dos Estados Unidos da América (EUA) para construir, em tempo hábil, uma bomba atômica capaz de aniquilar mais de 150 mil pessoas no Japão, por outro lado, Heisenberg, trabalhando na Gestapo (polícia secreta nazista), buscava atrasar a construção da bomba, a fim de evitar que esta pudesse ser utilizada no conflito.

Não existe, pois, neutralidade possível em qualquer ciência. A visão limitada de cientistas que tratam, de forma pejorativa, as ciências humanas, sociais e, acrescentamos, sociais aplicadas, como “perfumaria” parece ter ecoado, contudo, mesmo em análises recentes de pessoas estudiosas das áreas da “perfumaria” sobre a conjuntura brasileira que, seja por desconhecimento, ou como reflexo de um lugar epistemológico privilegiado, ignoram as diferentes contribuições do campo plural dos estudos feministas e atribuem uma suposta dissociação e hierarquia das pautas econômicas em relação ao avanço do conservadorismo moral na conjuntura política, social e cultural do Brasil atual.

Saffioti (2015) já nos alertava que no pensamento político contemporâneo, a interdependência entre liberdade civil e direito patriarcal é negada. O resultado, como sugere a autora, é uma concepção de democracia que não abarca a superação concreta das desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres. Desdenhar das contribuições feministas à análise social pode revelar, portanto, uma concepção limitada de democracia, incapaz de enxergar o grave abismo entre direitos civis e o contrato sexual para mulheres brasileiras (Pateman, 1993; Saffioti, 2015).

De certo, quem advoga pela visão de que o avanço de discursos de ódio, perdas de direitos sociais duramente conquistados e aumento de ações violentas contra mulheres e comunidade LGBTQIA+, por exemplo, (sem contar as constantes investidas violentas contra vidas negras e indígenas) estaria encobrindo a “real intenção na pauta econômica”, acredita que “pairamos nos ares”, enquanto a economia “em si” acontece no país e no mundo pelas mãos de sujeitos despidos de identidades de gênero, de raça, de sexualidade, ou pertencimento a classes sociais.

Este tipo de visão limitada da sociedade reforça a importância de discussões a respeito das epistemologias feministas, como promovemos aqui, que se justificam por revelarem não a busca por se ressaltar determinado “lugar de fala” ou “ponto de vista” de mulheres, mas sim, por uma crítica à epistemologia científica dominante que, a partir de sua pretensa “neutralidade”, deixa de considerar o caráter androcêntrico científico, que padece de

considerações sobre a própria experiência humana, carregada de relações de poder mediadas pelas categorias de gênero, classe e raça (HIRATA, 2014).

O resultado prático imediato de tal visão limitada é tratar pesquisadoras e militantes de causas feministas como "ingênuas", desprovidas da capacidade de atacarem de forma "objetiva" as "reais intenções econômicas" das forças de mercado nacionais e internacionais que contam com a cumplicidade do atual governo nacional quando, em realidade, é esta visão deturpada, que não nos enxerga como agentes sociais e econômicas a responsável por reforçar, em um círculo vicioso, o patriarcado enquanto sustentáculo da superexploração das classes trabalhadoras na economia dependente do Brasil diante do capitalismo mundializado, em sua atual fase de acumulação.

Atualizando as contribuições de Saffioti (2015) em suas análises sobre gênero, patriarcado e violência, o contexto atual segue exigindo análises capazes de apontar caminhos para transformações radicais que, preservando as diferenças (que configuram as identidades), elimine desigualdades sociais pelo reconhecimento de que as relações sociais hierárquicas de gênero não podem ser transformadas sem alterações substanciais das relações sociais mais amplas, das quais as econômicas constituem base material e histórica.

Convém ressaltar que, em lugar de acusar estudiosas e militantes feministas de ignorarem questões econômicas fundantes, como ocorreu ao movimento "#EleNão", hostilizado por muitos que lhe atribuíram contribuição para a eleição de Bolsonaro, e de se afirmar que feministas estariam analisando a sociedade brasileira atual com um olhar turvado por uma suposta "cortina de fumaça" (MELO, FLÁVIA, 2020), convidamos, neste ensaio, a toda pessoa que acusa a "pauta identitária" de encobrir diagnósticos mais acurados do Brasil de hoje a conhecer o conceito de reprodução social, presente no feminismo marxista.

Neste ensaio, explicamos como o conceito ajuda a romper com uma visão ontológica limitada de uma sociedade capitalista sem gênero, sem raça, sem classe e sem sexualidade apontando que, pelo contrário, foi graças ao processo histórico e material de resignificação do patriarcado no capitalismo que se criaram as bases que permitiram a transição do modo de

produção feudal ao capitalista no mundo ocidental e, a partir daí, sua disseminação ao redor do globo atendendo a desígnios daqueles que controlam os processos da mundialização do capital. Retomando os estudos de Engels (1976), ao lado de trabalhos de feministas marxistas da reprodução social e do conceito de capitalismo dependente (MARINI, 2005), explicamos como opressões aparentemente desvinculadas ao modo de produção capitalista, como as de raça e de gênero, em verdade, constituem "válvulas de escape" (SAFFIOTI, 2013) das quais as classes dominantes se valem para manter o controle social diante de momentos de crise, em que se percebem sinais, por menores que sejam, de solidariedade e risco de organização política das classes trabalhadoras na contestação ao capitalismo e as injustiças sociais por ele produzidas.

Desejamos, assim, apontar como solução à visão deturpada que atribui às lutas feministas em ato o caráter de uma suposta "cortina de fumaça" diante do acirramento de políticas neoliberais no Brasil o uso da lente teórica da reprodução social, capaz de conferir clareza à análise obstaculizada pelo machismo estrutural constituinte do capitalismo mundializado no qual o país se insere de forma subalterna e dependente.

Para desenvolvermos nosso argumento, organizamos este ensaio da seguinte maneira: em primeiro momento, esclarecemos ao leitor pouco familiarizado ao referencial feminista a distinção conceitual entre gênero e patriarcado, termos mais usuais nesta literatura para, a partir daí, introduzirmos o conceito de reprodução social no feminismo marxista. Na seção seguinte, discutimos como a reprodução social, enquanto categoria de análise científica, explica a relação entre as políticas de austeridade fiscal no Estado brasileiro e o avanço da pauta do conservadorismo moral para, a partir daí, tecermos algumas considerações a título de considerações finais.

## **REPRODUÇÃO SOCIAL COMO BASE MATERIAL DO PATRIARCADO E ALICERCE CAPITALISTA: COMPREENDENDO A FAGULHA (E NÃO A FUMAÇA)**

Com base em Vladimir Lenin, Saffioti (2015) nos alerta para a importância da teoria, a fim de se operar transformações profundas na sociedade. Fernandes (2012) já nos apontava

também a importância que a obra leninista confere às "condições subjetivas" para fins de se transformar as classes trabalhadoras em politicamente conscientes e, assim, aptas a reeducarem politicamente o restante da maioria, visto que a dominação burguesa também implica na socialização política e ideológica do proletariado.

Tais considerações contribuem para a reflexão acerca da predominância da categoria "gênero" em estudos feministas, nos quais observa-se uma sobreposição dos conceitos de "patriarcado" no uso acadêmico nacional e internacional. Essa construção teórica expressa as lentes que se impõem no entendimento geral sobre a questão das relações humanas na sociedade contemporânea. Saffioti (2015) já questionava a que(m) essa primazia de categoria interessa. O alerta da autora nos sugere que o conceito de reprodução social é melhor compreendido após a discussão sobre gênero e patriarcado, tendo em vista que eles são mais usuais nas discussões acerca das desigualdades entre homens e mulheres.

Para tal, inicialmente, pode-se observar as diferentes perspectivas adotadas nos estudos feministas. Segundo Saffioti (2015), há autoras: a) adeptas ao conceito de patriarcado; b) outras que trabalham exclusivamente com a categoria de gênero; c) aquelas que usam gênero enquanto categoria de análise histórica; e, ainda, d) as que admitem o uso da categoria gênero para análise de toda a história, localizando o patriarcado enquanto categoria específica para os últimos seis ou sete milênios da história humana (LERNER, 1986; JOHNSON, 1997; SAFFIOTI, 2001, citados por SAFFIOTI, 2015).

Saffioti (2015), está entre as pesquisadoras que demonstram preferência pelo último caminho, no qual **gênero** é definido como um conjunto de normas sociais que modelam seres humanos em homens e em mulheres e que se expressam tanto nas relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres. Gênero, produzindo estereótipos sobre o que é ser homem e o que é ser mulher constitui normatizações de condutas de homens e mulheres em sociedade que, uma vez naturalizados como supostamente inscritos em corpos sexuais, cria tecnologias de gênero.

Estas, se referem a todo tipo de procedimento, prática ou discursos sobre o que é ser homem e mulher (DE LAURETIS, 1994), como por exemplo, menino veste azul e brinca de carrinho e menina veste rosa e brinca de boneca. Por meio deste recurso, direciona-se os sujeitos para ocuparem lugares na esfera de trabalho considerado produtivo e reprodutivo, na qual homens desempenham atividades que resultam em bens ou serviços para as negociações de mercado e mulheres ocupam-se com a manutenção das condições de vida na esfera privada (MELO; CASTILHO, 2009). E tornam inadequado ou “estranho” aqueles que fazem diferente do que está “pré-definido”, gerando assim, situações de discriminação e violência contra os indivíduos.

Deste modo, gênero, atuando de forma imbricada com a raça/etnicidade e as classes sociais, constituem os eixos estruturantes da sociedade capitalista (SAFFIOTI, 2015). Entende-se deste modo, porque estes eixos não atuam apenas na organização social da sociedade, indo além, influenciando a formação da subjetividade das pessoas de modo a moldarem seus comportamentos e suas visões de mundo.

Todavia, o uso exclusivo de gênero, como categoria analítica, é limitado e, por vezes, problemático, como aponta Saffioti (2013; 2015). Apesar de seu caráter histórico e revelador de relações de poder (SCOTT, 2016), o conceito não deixa claro o caráter estruturante que as desigualdades de gênero desempenham na sociedade capitalista. O que a autora pretende dizer com isso é que o entendimento de gênero por si só não problematiza a inserção de mulheres de forma subalternizada na sociedade de classes e é neste ponto que o conceito de patriarcado faz uma complementação importante (SAFFIOTI, 2013;2015).

**Patriarcado**, ou ordem patriarcal de gênero, não se reduz ao adjetivo dado a uma ideologia, mas sim, se refere a uma estrutura de poder construída por seis ou sete dos últimos milênios, ao longo dos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres que resultou numa supremacia masculina (SAFFIOTI, 2015). Discutir cientificamente o patriarcado é essencial porque, como observado por Pateman (1993, pp. 25-26): “os debates sobre o patriarcado são marcados por interpretações patriarcais” que se desdobram em dois argumentos principais: a) o de que patriarcado é, literalmente, o poder do “pai”, do “patriarca”,

e b) o de que o patriarcado é um resquício de formas sociais pré-capitalistas ou uma ordem natural de sujeição de mulheres a homens.

Essa visão do patriarcado como uma estrutura ahistórica baseada em caracteres biológicos, é simplista e limitada e, como tal, recebe muitas críticas. Mas, quando é compreendido como sistema de dominação imbricado em complexas relações de fronteiras “de raça, classe, orientação sexual, gênero”(MAYORGA *et al.*, 2013, p. 471), toma-se uma outra dimensão analítica. Conforme explica Pateman (1993), o patriarcado é a uma forma de expressão do poder político que os homens exercem na sociedade pelo simples fato de serem homens e isto se apoia em um “contrato sexual”, no qual a diferença sexual entre homens e mulheres foi convertida em diferença política.

Deste modo, o patriarcado se mostra como parte integrante do capitalismo, que juntamente com a opressão de classe e raça agem contra as classes trabalhadoras (PATEMAN, 1993). SAFFIOTI, (2013) explica que o capitalismo precisa lançar mão da tradição patriarcal para justificar a marginalização efetiva ou potencial de grupos sociais que ficam em desvantagem no sistema de produção de bens e serviços.

A desigualdade de direitos entre homens e mulheres e a tradição que submete as mulheres sob julgo dos homens são indissociáveis, na análise de Saffioti (2013), e sua origem remete à forma de produção da vida material das sociedades pré-capitalistas, cujo núcleo produtivo era a família. Esta, como aponta Federici (2021, p. 33), foi o meio de “institucionalização de nosso trabalho não assalariado, de nossa dependência não assalariada dos homens e, portanto, a institucionalização de uma divisão no interior da classe trabalhadora que disciplinou também os homens”. Deste modo, assume muito sentido a afirmação de Engels (1976, p. 97) de que “na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário”.

A família monogâmica, que exige da esposa castidade e fidelidade rigorosas, está relacionada à concepção de concentração de riquezas via propriedade privada. Ou seja, o patriarcado é um produto histórico da necessidade material de acúmulo e transmissão de riquezas por parte de homens, como esclarece Engels (1976). E, nesta configuração social, os

corpos das mulheres são "propriedades" dos homens, para os quais elas desempenham funções de manutenção da ordem e funcionalidade da casa, prestação de serviços sexuais e gestação dos descendentes, a quem devem cuidar e transmitir valores e crenças (FEDERICI, 2021).

Da concentração de riquezas via propriedade privada nasceu a monogamia e, assim, o patriarcado, enquanto produto histórico da necessidade material de acúmulo e transmissão de riquezas por parte de homens, como Engels (1976) aponta. Tal monogamia, contudo, se restringe à mulher, sobretudo no período civilizatório, como observa o autor, ao nos apresentar os três estados históricos do matrimônio, construídos conforme necessidades materiais de cada época: o matrimônio por grupos, no estágio selvagem; o matrimônio sindiásmico, na barbárie e a monogamia com seus complementos do adultério e da prostituição, no período da civilização, que relegam às mulheres o maior controle e repressão sociais em relação ao descumprimento do contrato monogâmico matrimonial.

Engels (1976) mostra como a origem da propriedade privada dos rebanhos, com o advento da agricultura, sedentarização dos grupamentos humanos e posterior domesticação de animais e desenvolvimento da pecuária, é que surge a família moderna e o patriarcado. Descrevendo o matrimônio sindiásmico, o autor considera que, embora já existisse anteriormente uma divisão social do trabalho entre homens e mulheres, com os homens trabalhando nos campos e criação de rebanhos e as mulheres nos afazeres domésticos, o direito materno prevalecia, constituindo um matriarcado, no período anterior ao nascimento de grandes civilizações como a romana e a grega. Para Engels (1976), à medida em que o trabalho com rebanhos feito por homens passou a produzir para além das necessidades materiais dos grupamentos humanos por consanguinidade, o intercâmbio de produtos se tornou possível, incentivando que homens passassem a reivindicar a propriedade privada dos rebanhos e do excedente produzido.

A origem da família moderna, conforme Engels (1976), tem por base o modelo de transição do matrimônio sindiásmico à monogamia da família romana, cujos traços essenciais foram a incorporação dos escravos (como mão-de-obra acionada para aumento da produção de riqueza na agricultura e pecuária, intensivas neste fator produtivo) e o domínio paterno. A

escravidão é, portanto, uma pedra fundamental na criação da família como a concebemos, segundo a concepção do autor. A palavra "família", inclusive, foi originada entre os romanos, para quem *famulus* significava "escravo doméstico", de modo que a família representava o conjunto de escravos pertencentes a um homem, com pátrio poder e direito sobre a vida e a morte de escravos, mulher e filhos (ENGELS, 1976). A propriedade de escravos garantia ao homem a produção de excedente para acúmulo de riqueza e criou a primeira grande divisão social em duas classes: explorados e exploradores, escravos e senhores (ENGELS, 1976).

A transformação da divisão do trabalho fora da família, com senhores e escravos, transformou as relações domésticas, alterando também a divisão do trabalho dentro das famílias. Se no modelo anterior à família moderna romana, o matrimônio sindiásmico, existia a divisão social do trabalho familiar, com os homens lidando com a terra, o rebanho e a caça eventual, enquanto as mulheres, com o trabalho doméstico de preparo de comida, cuidados com os filhos, limpeza e produção e manutenção de vestimentas, por exemplo, com a produção de excedente apropriada pelo homem no trabalho fora do ambiente do lar, o trabalho feminino dentro da casa foi se tornando desvalorizado (ENGELS, 1976). A partir desta desvalorização do trabalho feminino na divisão sexual promovida pelo advento da família moderna, Engels (1976) analisa que a emancipação feminina só seria possível quando mulheres passassem a integrar a classe trabalhadora, via acesso ao trabalho dito produtivo.

Encontramos aqui um ponto de discordância entre Engels (1976) e autoras do feminismo marxista que tratam da reprodução social. Enquanto para Engels (1976), a emancipação feminina viria a partir do acesso das mulheres ao trabalho dito produtivo, ou seja, realizado fora do ambiente doméstico, que promoveria sua equiparação em relação aos homens, para as referidas autoras, o trabalho doméstico ou trabalho reprodutivo é responsável pela reprodução e manutenção da força de trabalho necessária enquanto mercadoria capitalista essencial (FEDERICI, 2021). O patriarcado, enquanto estrutura de poder fundamental ao capitalismo, sem o qual as mulheres, sobretudo, as não-brancas e proletarizadas, seriam empurradas ao trabalho reprodutivo garantidor da geração, educação e manutenção da mão-de-obra explorada no trabalho dito produtivo (ARRUZZA, 2018).

Cabe ressaltar, todavia, que assim como outros fenômenos sociais, o patriarcado está em constante transformação (Saffioti, 2015). O patriarcado original da família romana, a que Engels (1976) se refere não é, portanto, o mesmo que sustenta o capitalismo nos dias de hoje. Na atualidade, segundo Federici (2021) temos como sustentáculo capitalista o patriarcado do salário. Ao final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, é que surge o trabalho doméstico como o concebemos, fruto da ação das classes burguesas da Inglaterra e dos Estados Unidos da América (EUA), que iniciaram a reforma social que originou o patriarcado do salário em razão de sua necessidade de conter a insurgência da classe trabalhadora e obter mão-de-obra mais produtiva.

A reforma social proposta via patriarcado do salário, com a criação da figura da “dona de casa” realizando trabalho doméstico em tempo integral e sem remuneração, aliado a um aumento dos salários masculinos contou com a leniência de sindicatos de trabalhadores, certos de que a redução da “competição” salarial com mulheres e crianças melhorariam o poder de barganha da mão-de-obra masculina e dos próprios homens das classes trabalhadoras, graças ao aumento de seus proventos. Contribuíram neste sentido o medo de que as mulheres usurpassem espaços e privilégios masculinos que, supostamente, causariam “degeneração da família e da sociedade” e a criação, no imaginário social, da figura do homem como “provedor da família”, que se tornou elemento de distinção social dos homens das camadas mais altas das classes trabalhadoras em relação aos das camadas mais empobrecidas (FEDERICI, 2021).

Caberia à “dona de casa” promover a **reprodução social** via trabalho doméstico ou trabalho reprodutivo em três sentidos: 1) pela geração e cuidados de crianças, reduzindo a mortalidade infantil e garantindo uma geração de trabalhadores e soldados mais produtivos, bem como pelo cuidado prestado a pessoas idosas e outras incapacitadas à exploração no trabalho dito produtivo; 2) pela reprodução da ordem social via socialização e cuidados com a educação de crianças, para que sejam obedientes às normas sociais e disciplinadas ao trabalho dito “produtivo” e 3) pela manutenção das classes trabalhadoras oferecendo-lhes alimentação, vestimenta, uma casa limpa, garantia de gastos domésticos dentro do orçamento familiar dado pelo provento masculino, cuidados de saúde, serviços sexuais, cuidados emocionais e cuidados com plantas e animais domésticos que garantam a saúde física, o alívio do estresse e a saúde

mental e emocional para que os homens das classes trabalhadoras retornem a cada dia aptos à exploração pelo trabalho dito produtivo (FEDERICI, 2017, 2019, 2021).

A respeito do segundo sentido apresentado por Federici (2017) à reprodução social, vale ressaltar que definimos, neste estudo, o capitalismo como ordem social, visto que, mais que um sistema econômico, um conjunto de estruturas de uma economia supostamente separada da sociedade, enxergamos que a economia oficial capitalista se apoia nas seguintes condições de fundo, supostamente, "não econômicas": a reprodução social, as condições ecológicas e o ambiente político (FRASER; JAEGGI, 2020).

A partir da definição de trabalho doméstico ou reprodutivo como trabalho físico, mental e sexual, fica claro que mulher alguma na ordem social capitalista escapa a prestar serviços de reprodução social, ainda que mulheres brancas, de frações burguesas, ou das camadas mais altas do proletariado terceirizem parte das tarefas de cuidados domésticos a outras mulheres não-brancas e proletarizadas (FEDERICI, 2017; FALQUET, 2008).

A reprodução social é, nesse sentido, a base material do patriarcado, que sustenta a ordem social capitalista. Partindo das contribuições teóricas de Federici (2019), percebemos que esta base material do patriarcado não foi destruída, apesar dos avanços das pautas feministas no imaginário social e dos avanços materiais, como a conquista de acesso à educação formal, ascensão a postos de trabalho antes tidos como "masculinos" e a cargos de representação política institucional (SAFFIOTI, 2015). O patriarcado, explica Saffioti (2015), tem por base material o controle da sexualidade e capacidade reprodutiva de mulheres e não apenas a discriminação salarial intensa, sua segregação ocupacional e sua marginalização no acesso a cargos importantes nas empresas e na política. Nesse sentido é que observamos expresso na obra de Saffioti (2015), antecipando autoras feministas marxistas estrangeiras, a noção de reprodução social, promovendo a crítica ao pensamento feminista de orientação liberal burguesa, por meio do reconhecimento do controle sexual e reprodutivo de mulheres como pedra fundamental do patriarcado e, por conseguinte, da estruturação da sociedade capitalista em si.

A melhoria salarial, preconizada pelos movimentos feministas de orientação liberal burguesa, portanto, não é condição suficiente à emancipação de mulheres. O salário é usado para encobrir a realidade do tamanho da classe trabalhadora (que inclui as mulheres ocupadas no trabalho doméstico não remunerado, necessário à reprodução social), bem como atende, como aponta Federici (2021), ao desígnio capitalista de dividir a classe trabalhadora, opondo sua parcela "produtiva" de homens a uma parcela, supostamente "improdutiva" de mulheres "donas de casa" dependentes econômicas de seus maridos e, supostamente, "parasitárias" aos ganhos destes.

A reprodução social cumpre, portanto, papel essencial na acumulação do capital, na formação de classe e na constituição da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras (FEDERICI, 2021). É nesse sentido que, conforme discutimos a seguir, pela necessidade capitalista do trabalho de reprodução social, por um lado e o acirramento da sanha liberalizante do Estado capitalista diante de mais uma crise de acumulação de capital, por outro, a lente teórica da reprodução social se torna fundamental para a compreensão da ligação intrínseca entre neoliberalismo e avanço do discurso do conservadorismo moral na sociedade brasileira.

## **REPRODUÇÃO SOCIAL NA ATUAL CRISE DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: A BRIGADA ANTI-INCÊNDIO FEMINISTA MARXISTA *VERSUS* AS CHAMAS PATRIARCAIS**

Tal como abordamos na seção anterior, embora não seja uma invenção do capitalismo, o patriarcado assume um significado completamente distinto nesta nova ordem social em comparação à sociedade feudal pré-capitalista. Saffioti (2013) explica que o capitalismo precisa lançar mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de grupos sociais marginalizados que ficarão em desvantagem no sistema de produção de bens e serviços. A revolução nas relações econômicas e, por conseguinte, a criação de diferenciação social promovida pela família moderna criou novas necessidades e interessantes divergentes e antagônicos (ENGELS, 1976). A fim de que esse conflito de interesses e necessidades não consumissem a sociedade, as camadas mais abastadas da sociedade criaram um poder

colocado aparentemente fora da própria sociedade, cujo objetivo é o de amortecer o choque entre classes sociais e manter a ordem desejada, o Estado (ENGELS, 1976).

Para fins de manutenção da ordem na sociedade segundo critérios de interesse das camadas dirigentes, o Estado toma a divisão territorial como ponto de partida e cria instituições coercitivas, como as forças policiais, que são mantidas por meio de impostos (ENGELS, 1976). Com o passar do tempo, os impostos se tornaram insuficientes para arcar com o sustento da força pública e a saída foi contrair dívidas públicas, por meio de empréstimos (ENGELS, 1976). A origem do Estado se encontra, portanto, como observa Engels (1976), no próprio antagonismo de classes sociais promovido a partir da criação da família moderna que, por sua vez, teve na propriedade privada a sua raiz.

Não fosse o rebaixamento do status social de mulheres na família moderna pela ressignificação da divisão social do trabalho em ganho de poder econômico masculino, não seria possível a divisão de classes entre possuidores e explorados e seu consequente conflito de interesses que gerou o Estado, transformando o então poder econômico de homens possuidores em poder político, graças aos novos meios de repressão institucional, como a policial, que este inaugurou (ENGELS, 1976). O moderno Estado representativo, na concepção de Engels (1976), é o instrumento do qual o capital se vale para explorar o trabalho assalariado.

Para as autoras da reprodução social, contudo, o Estado, na ordem social capitalista, cumpre a exploração tanto de trabalhadores assalariados quanto daqueles que se ocupam de trabalhos não reconhecidos e, portanto, não remunerados, como o trabalho doméstico. Sob a ótica da reprodução social, a desvalorização do trabalho feminino foi bastante útil desde a formação da sociedade capitalista, permitindo às classes detentoras dos meios de produção a extração do máximo de mais-valia absoluta através do processo simultâneo de aumento da intensificação do trabalho, de sua jornada e da redução dos salários de mulheres em relação aos dos homens (SAFFIOTI, 2013).

É nesse sentido que a ideologia da feminilidade é apresentada por Davis (2016) como um subproduto do processo de industrialização, como forma de fortalecimento da

inferioridade social feminina pela via da separação entre a economia doméstica e a economia pública. A invenção e avanços das máquinas pelo sistema fabril, conforme a autora, tornou obsoleto o trabalho de diversas mulheres, inclusive as brancas, que se ocupavam da produção de bens de consumo doméstico como tecidos e velas, tomando destas mulheres sua posição no trabalho produtivo (DAVIS, 2016). Tal ideologia, contudo, não chegou a atingir imediatamente as mulheres negras, às quais os elementos simbólicos de “mães” e “donas de casa” não foram estendidos, visto que o sistema escravista anterior estabelecia que as crianças negras herdavam da mãe a condição escrava e não de mulher e, assim, pessoa supostamente “frágil” ou “delicada” (DAVIS, 2016).

A ideologia da feminilidade, contudo, produziu estereótipos que buscaram retratá-las como detentoras do papel essencial de trabalhadoras domésticas o que, para Davis (2016), não correspondia à realidade das mulheres escravas que, na principal região do escravismo estadunidense, o extremo Sul do país, desempenhavam, predominantemente, o papel de trabalhadoras agrícolas, assim como os homens escravizados. Para mulheres negras, portanto, a ideologia da “feminilidade” significou que estas, além dos trabalhos produtivos penosos ocupados também por homens negros, acumulariam os trabalhos reprodutivos de mulheres brancas das classes abastadas que poderiam repassar a maior parte das tarefas do lar a estas, com baixa remuneração (DAVIS, 2016).

A análise da reprodução social mostra, portanto, como o trabalho não remunerado que o capitalismo extrai das classes trabalhadoras é ainda mais amplo, abarcando o trabalho doméstico realizado, principalmente, por mulheres negras, bem como o trabalho de homens e mulheres da periferia capitalista que produzem, de forma não ou mal remunerada, os alimentos e outras mercadorias das quais a mão-de-obra dos centros do capitalismo depende para sua reprodução (FEDERICI, 2021). Percebemos, assim, uma relação intrínseca entre reprodução social e capitalismo dependente. Por dependência, Marini (2005 [1973]) compreende a relação entre países que, embora oficialmente independentes entre si, é marcada pela subalternidade de uma nação a outra, relação esta que é ressignificada histórica e materialmente ao longo dos tempos, sem que a subordinação deixe de constituir o fio condutor das interações entre países.

Como explica Marini (2005), a América Latina foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo mundial. Graças ao papel desempenhado pela América Latina na divisão internacional do trabalho, a região continuou a oferecer matérias-primas industriais e alimentos para a população de países centrais ao capitalismo que, em virtude do aumento de sua população urbana ocupada nos setores industriais e de serviços não teriam conseguido abastecer nem suas indústrias, nem as casas da sua crescente classe trabalhadora não fosse a especialização da economia primária dos países dependentes (MARINI, 2005).

Fica claro, portanto, que nossa dependência econômica tem em sua origem, como apontam Marini (2005) e Federici (2021), a divisão internacional do trabalho que nos relegou ao papel de reprodução social na economia mundial como país de economia predominantemente agroexportadora. Ao tratarmos da reprodução social no feminismo marxista, portanto, não estamos nos referindo a uma "cortina de fumaça" que nos distancia da análise econômica, mas sim, à fagulha que tem promovido, há séculos, a chama que consome nossa economia nacional. Esse papel da América Latina de provimento de alimentos e matérias-primas industriais tem se mantido, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos tempos na divisão internacional do trabalho.

Nos últimos vinte anos, a economia brasileira tem sido marcada por seu papel de produtor de bens primários com baixo valor agregado, em que a indústria nacional tem sido deixada de lado em favor da inserção do país no processo global de financeirização. Consequentemente, o Brasil tem funcionado como plataforma internacional de valorização financeira, por meio do endividamento público a juros altos, reforçando o caráter dependente de seu capitalismo tanto em termos tecnológicos, quanto de dependência em relação ao capital estrangeiro (PAULANI, 2017). Características de países latino-americanos, como suas histórias coloniais marcadas pela influência da religião católica, ditaduras civis e militares e a eleição, nos últimos anos de mulheres presidentas, sinalizam uma abertura para o discurso da "ideologia de gênero" na região (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; POSADA GÓMEZ, 2019).

Cabe ressaltar, contudo, como demonstra Marini (2005), que a situação de dependência não é sinônima da situação colonial, embora a dependência possa ser vista como uma

continuidade do passado colonial da América Latina. Daí preferirmos, neste estudo, o conceito de capitalismo dependente em lugar de luta anticolonial, visto este último termo dar a impressão equivocada de que a exploração de ex-colônias como o Brasil seria, supostamente, fruto exclusivo da ação de gerações passadas de nações mais ricas quando, na verdade, a subordinação entre países apenas se reinventou conforme novas necessidades históricas das burguesias do capitalismo central foram surgindo. Não se trata, portanto, de uma "herança" colonial não resolvida, mas de uma atualização histórica e material do capitalismo, desde sua fase mercantilista na colonização até os dias de hoje, alterando suas características sem que países latino-americanos como o Brasil deixassem de desempenhar seu papel de reprodução social no capitalismo mundializado.

A consequência do processo de dependência da América Latina a partir do século XIX foi o de, por meio do aumento da oferta de bens primários para suprir as necessidades dos países de capitalismo central via comércio exterior, permitir a especialização de nações ricas na produção industrial, desobrigando a classe trabalhadora local do abastecimento de alimentos e matérias-primas e, por consequência, reduzindo o valor real da mão-de-obra em países como os do continente europeu e permitindo que os incrementos de produtividade nestes países gerassem taxas de mais-valia relativa (obtida graças ao implemento tecnológico, como maquinários) cada vez maiores (MARINI, 2005). Percebemos, portanto, que a relação de dependência é prejudicial às classes trabalhadoras como um todo, independentemente de sua localização no centro ou na periferia do capitalismo mundializado (embora as últimas sejam ainda mais prejudicadas).

Nos países dependentes, a compensação da perda de renda gerada pelas trocas desiguais no comércio internacional (*commodities* trocadas por bens industriais) se dá, segundo o autor, pela maior exploração do trabalhador. Como explica Marini (2005), o aumento da exploração da força de trabalho pode se dar pelo aumento da intensidade de exploração desta mão de obra, pela prolongação da jornada de trabalho, ou por uma combinação destes dois mecanismos. Daí Marini (2005) enxergar a superexploração da mão-de-obra nos países dependentes como instrumento de compensação às classes dominantes locais em face das trocas desiguais no comércio exterior.

A superexploração se dá, no capitalismo dependente, sobretudo, a partir do trabalho feminino e, mais especificamente, de mulheres não-brancas dos países de capitalismo dependente. Como já apontado por Saffioti (2013), as oportunidades sociais oferecidas as mulheres variam conforme a fase de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas da sociedade em estudo (SAFFIOTI, 2013). Analisando a inserção de mulheres na sociedade de classes, Saffioti (2013) percebe que, em momentos históricos nos quais a produtividade do trabalho é baixa, a exemplo da produção agrária no feudalismo, as classes dominantes não criam obstáculos para a inserção feminina no sistema produtivo, visto este ser necessário para a manutenção dos ganhos e da ociosidade das classes dominantes.

Contudo, o aumento da produtividade do trabalho gera a criação de barreiras à inserção de mulheres no sistema produtivo, como se observou já nas corporações de ofício, enquanto prenúncios da economia urbana fabril. Para a autora, mais que a economia agrária medieval, as corporações de ofício, relegando às mulheres remunerações menores, proibindo sua ascensão de cargos e, até mesmo, proibindo seu ingresso pela alegação de uma natureza penosa de seus ofícios, contribuíram substancialmente para a marginalização de mulheres no capitalismo industrial (SAFFIOTI, 2013).

Na atual fase de acumulação do capitalismo financeiro, a dependência econômica em países do chamado "Terceiro Mundo" nos continentes da África, Ásia e na região da América Latina resulta não apenas de guerras, mas da adoção de políticas de "ajuste econômico" aos moldes neoliberais de agências internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (FEDERICI, 1999). Fraser e Jaeggi (2020) acrescentam que, além das agências internacionais reguladoras, os bancos centrais e as agências de classificação de títulos desempenham, no capitalismo financeiro, poder que se sobrepõe ao dos Estados em todo o globo, utilizando da política de dívida pública como instrumento de expropriação de populações no centro e impondo a países da periferia capitalista políticas de austeridade fiscal.

A imposição da austeridade fiscal foi possível graças à disseminação, em escala mundial, do neoliberalismo, enquanto teoria das práticas político-econômicas que propõe como papel do Estado promover as forças de mercado por meio da proteção à propriedade privada,

intervindo o mínimo possível nos negócios e se retirando da oferta de serviços e bens públicos que agentes do mercado tenham interesse em explorar economicamente, como a saúde e a previdência (HARVEY, 2008). O neoliberalismo tem assumido o caráter de verdadeiro discurso religioso e dogmático, baseado na crença à conjectura de uma suposta “superioridade histórica” do mercado (PAULANI, 2017).

A doutrina neoliberal corrente, baseada nos trabalhos de Friedrich Hayek, atraiu conservadores morais, conforme Paulani (2017), em virtude de prescindir de estudos científicos, visto se impor, dogmaticamente, como a “verdadeira” economia para fins de combate à “servidão” causada por políticas sociais que, alegadamente, conduziriam a população à indolência e prejudicariam a “livre” iniciativa mercadológica. Pelas considerações de Paulani (2017), fica exposta a compatibilidade entre neoliberalismo e recusa às ciências e ao contraditório, mostrando como políticas de cunho neoliberal encontram respaldo em posturas de negacionismo científico.

As políticas sociais, no entanto, nada possuem de “revolucionárias”. Estas surgiram no bojo do Estado capitalista em razão da necessidade do grande capital oligopolista de reduzir os custos de geração e manutenção da força de trabalho explorada, que passaram a ser compartilhados com a coletividade por meio dos gastos públicos em políticas ligadas à reprodução social, como educação, previdência e assistência social, garantindo, ainda, o estabelecimento de relações negociadas com os movimentos trabalhistas e cumprindo com o papel do Estado de amortecer o conflito de classes (ENGELS, 1976; VACCA, 1991; HIRSCH, 2010).

Pela própria necessidade de constante organização do espaço político evitando a solidariedade e, como possível consequência, a organização proletária contra a ordem social capitalista, Fernandes (2015), embora reconhecendo a delimitação empírica e histórica do fascismo europeu, não descartava a possibilidade de que, enquanto ideologia, o fascismo tenha sobrevivido como poderosa força política organizada, própria ao capitalismo. Na América Latina, Fernandes (2015) destacou o caráter contrarrevolucionário do processo de fascistização das sociedades, empregado por duas vias, por vezes, concomitantes, na história da região: pela via

do combate à democratização, quando esta passa a ameaçar a superconcentração de riqueza, prestígio e poder e por meio do combate a movimentos qualificados como potencialmente revolucionários, como organizações de caráter socialista durante as ditaduras civis e militares da região.

Em sentido semelhante, Vacca (1991) ressalta como característica do Estado capitalista sua constante reinvenção para manutenção e controle do equilíbrio instável entre interesses antagônicos que marcam a sociedade de classes, utilizando como instrumentos as políticas sociais, para anestesiar reivindicações populares e a primazia do econômico, usando do discurso da crise fiscal para atendimento aos interesses dominantes de acumulação de capital. Diante da inoperância destes recursos, Vacca (1991) percebe a fascistização como forma de controle social, arregimentando elementos de ódio preexistentes na sociedade contra determinados grupos sociais a fim de justificar medidas de primazia econômica.

É, portanto, inerente ao modo de produção capitalista incorporar, tanto na constituição, quanto em seu funcionamento, fatores aparentemente "naturais" e desvinculados da ordem social capitalista, como a etnia/raça, a sexualidade e o sexo, que operam como "válvulas de escape" para aliviar tensões sociais e desviar a atenção dos membros da sociedade da estrutura de classes (SAFFIOTI, 2013). A crítica ao patriarcado do salário pelas feministas marxistas teóricas da reprodução social, portanto, serve para descortinar essa "cortina de fumaça" inerente ao controle social pela ordem social capitalista, enquanto críticos desavisados insistem no equívoco de desconsiderar as contribuições de Engels (1976) acerca do próprio objetivo do Estado no capitalismo. Reforçam, com suas posições, o patriarcado, numa visão deturpada e misógina que acusa feministas de desconhecimento acerca da necessidade de tratar, primeiro, de questões "econômicas" e não, supostamente, "gastar energia" com "temas menores" como as discussões sobre as relações de gênero e, portanto, de poder, que configuram um dos alicerces da constituição e funcionamento do próprio capitalismo, como Saffioti (2013) nos explica.

Enquanto isso, se tomarmos exemplos apenas da nossa região, a América do Sul, o Informe "Homofobia de Estado 2019" listou Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai como

países em que grupos contrários aos direitos humanos conseguiram deslegitimar movimentos sociais feministas e de defesa de direitos da população LGBTQIA+, acusando-os de defenderem uma suposta "ideologia de gênero" que seria responsável por "arruinar a família, os costumes e degenerar as comunidades", fazendo com que crianças e sociedade se "homotranssexualizem" (ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE LESBIANAS, GAYS, BISEXUALES, TRANS E INTERSEX (ILGA), 2019).

Os ataques aos estudos e conquistas sociais em termos de gênero são tentativas de se bloquear a reorganização social de homens e mulheres e o reconhecimento de identidades LGBTQIA+ como atores políticos não só nacional, como internacionalmente. Desde 2010, revelam os autores, a "ideologia de gênero" tem se mostrado estratégia política eficaz em que pessoas como católicos e evangélicos conservadores se unem a outros agentes do movimento conservador já consolidado na América Latina desde as ditaduras civis militares na região (BIROLI, 2020).

Enquanto o conservadorismo é uma noção posicional, a ideologia e movimento conservadores tem se desenvolvido como resistência a transformações históricas em termos progressistas na estrutura social e política. Daí articular tanto atores religiosos conservadores, quanto atores políticos e das burguesias nacional e internacional interessados em utilizar da pauta da "ideologia de gênero" como válvula de escape a conflitos de classes que se tornam mais visíveis em momentos de crise de acumulação, como a que atravessamos desde a segunda metade do século XX, fazendo surgir nos EUA o neoconservadorismo, que aproximou o conservadorismo cristão ao individualismo liberal, exercendo sua ação de defesa ao neoliberalismo econômico e ao antipluralismo social por toda parte do capitalismo mundializado (BIROLI, 2020).

O neoconservadorismo que se observa no Brasil atual pode ser analisado, portanto, como a defesa à lógica concorrencial individualista, apoiada na rejeição a conquistas em termos de superação a estereótipos de gênero para fins de consolidar um modelo de governança e de cidadania que abra portas ao avanço da pauta neoliberal, apoiando-se no reforço ao papel da economia nacional na reprodução social mundial (MARINI, 2005; BIROLI, 2020).

Embora a trajetória recente brasileira revele a inexistência de movimentos revolucionários de cunho socialista nos últimos dez anos, como observa Iasi (2020), nossa formação social foi marcada, recentemente, pelo esgotamento da estratégia de conciliação de classes consubstanciada ao longo dos governos petistas, que abriram caminho ao golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016 e à ascensão da extrema direita como suposta alternativa à política tradicional. A proposta petista, longe de iniciativa socialista (e, portanto, mais longe ainda de qualquer traço comunista), assumiu pretensões neodesenvolvimentistas, visto, como aponta Sampaio Jr. (2012), ter buscado conciliar os ditames econômicos do neoliberalismo a aspectos como crescimento econômico, regulação estatal, industrialização e sensibilidade social que caracterizaram o velho desenvolvimentismo.

A guinada à direita teria por base, segundo Iasi (2020) o esgotamento do longo ciclo neoliberal no Brasil e no mundo, em resposta também à crise de acumulação capitalista, que já vinha se desenhando desde antes da pandemia da COVID-19. Diante das promessas vazias de superação da pobreza por meio de um capitalismo supostamente "virtuoso" pela via neodesenvolvimentista, o avanço do discurso da "pós-modernidade", para Iasi (2020), preconizando uma constante volatilidade das relações, diluição de centros de poder e metanarrativas que conduzem a uma suposta "superação das classes" serviu, segundo o autor, de aporte ideológico para a disseminação de mitos como os do fim do trabalho e o fim das classes sociais. Este aporte ideológico encontrou ressonância nos trabalhos de feministas "pós-modernas" que, negando a classe social enquanto categoria de análise histórica e a substituindo por uma espécie de caractere individual de renda, relegou a luta feminista à disputa pela visibilidade de minorias cujas identidades se encontram negligenciadas, ignorando que muitas pessoas *queer* são alvos de múltiplas violências de gênero, raça e classe que não serão superadas pela relação negociada junto ao Estado capitalista (FALQUET, 2019).

Assim, se a crítica de "desvio de foco de análise" pela primazia de um combate à dita "ideologia de gênero" em detrimento da pauta econômica cabe a alguma análise feminista, esta se circunscreve a abordagens liberais e "pós-modernas" deste campo de estudos, consistindo em equívoco grave estender tais críticas a todos os estudos feministas, enquanto espaço de produção e debate científico plural.

Em momento de crise de acumulação capitalista no regime de financeirização que acirra a sanha especulativa liberalizante, retirando investimentos públicos do Estado de políticas sociais fundamentais à reprodução social, é importante estarmos atentos ao uso do sexismo, da perseguição à população LGBTQIA+ e do racismo como “válvulas de escape”, nos termos de Saffioti (2013), às tensões de interesses antagônicos de classe que a pandemia da COVID-19 traz ainda mais à tona e aprofunda. Se o patriarcado e o racismo funcionam como pedras fundamentais do modo de produção capitalista e garantem que as mulheres sejam um “exército industrial de reserva” à mão-de-obra masculina, cabe lembrar que as mulheres negras e *queer*, em situação de vulnerabilidade ainda maior, são o “exército industrial de reserva” destas e, cada vez mais, serão empurradas ao trabalho de reprodução de precárias condições de realização e remuneração (FALQUET, 2008).

Esperamos que, diante das exposições teórico-conceituais aqui apresentadas, tenhamos contribuído à conscientização de homens e mulheres acerca do papel do patriarcado e sua base material, a reprodução social, na criação e manutenção do capitalismo, bem como colaborado para a reflexão crítica acerca da predominância de abordagens liberais nas discussões correntes na academia e na sociedade, como um todo, acerca do “feminismo”, como se este fosse um campo homogêneo que trata de discussões de suposto caráter individual e não, como aponta a teoria da reprodução social, capaz de oferecer ferramentas de diagnóstico acurado do processo de fascistização que o Brasil e o mundo têm observado de forma concomitante ao avanço do neoliberalismo como “profissão de fé” econômica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva da reprodução social, discutida na obra de autoras do feminismo marxista como Heleieth Saffioti, Cinzia Arruzza, Jules Falquet, Nancy Fraser, Angela Davis e Silvia Federici, tal como abordamos no texto, o atual avanço neoconservador se mostra completamente compatível com a atual crise de acumulação capitalista global e suas implicações à periferia do capitalismo, marcada pela dependência. Tomando por base a crítica de Saffioti (2015), para quem cientistas crédulos de uma suposta “neutralidade científica” carecem de maiores leituras, demonstramos, neste ensaio, que as contribuições de autoras do

feminismo marxista elucidam a relação intrínseca entre liberalismo econômico e conservadorismo moral na atual conjuntura brasileira. A partir destas contribuições, se explica que o avanço do conservadorismo moral não se trata de “cortina de fumaça”, uma suposta armadilha para desviar a atenção de analistas e população, a fim de despistar o acirramento da política de austeridade fiscal brasileira. Muito pelo contrário: o conservadorismo moral é base fundamental para garantia do avanço da pauta econômica liberal radicalizada que tem se aplicado no Brasil e no mundo, na forma do neoconservadorismo.

O discurso de que a pauta conservadora seria uma “cortina de fumaça” é improdutivo em termos de resolver o acirramento da pauta econômica de austeridade fiscal e a superexploração da mão-de-obra em ato no país, por cair na armadilha da visão limitada que separa capitalismo de patriarcado (e, por conseguinte, de racismo e divisão de classes) e homens de mulheres na sociedade (SAFFIOTI, 2015). Serve apenas ao reforço do caráter androcêntrico das ciências, denotando uma visão que descreve a sociedade como despida de classes sociais, gênero, sexualidade e raça/etnia, ou seja, afastada do real e produto de abstração patriarcal. É preciso, como sugerido por Saffioti (2015), realizar a análise antipatriarcal da sociedade patriarcal em que vivemos, tarefa esta que precisa ser assumida por pesquisadoras e pesquisadores.

A reestruturação da economia mundial e as mudanças, desde a década de 1970, da divisão internacional do trabalho, que têm impactado a vida material de mulheres e homens ao redor do globo seguem negligenciadas pelas análises feministas contemporâneas, em que leituras “pós-modernas” e liberais são dominantes, limitando, segundo Federici (1999), o poder político emancipatório das reivindicações de mulheres. O trabalho feminino e, sobretudo, o trabalho feminino ligado à reprodução, que vem sendo reestruturado internacionalmente, representam quadro teórico fundamental para a compreensão das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que vêm sendo observadas não apenas no Brasil, mas no mundo (Federici, 1999). Ideologias machistas, discriminatórias à população LGBTQIA+ e racistas que buscam justificar as hierarquias do mercado de trabalho mundializado se prestam, portanto, à realização do papel do Estado capitalista de amortecimento da luta de classes, buscando impedir formas de organização das classes trabalhadoras ao redor do globo (ENGELS, 1976; FEDERICI, 2021).

Cabe ressaltar que a reprodução social implicou em desvantagens também aos homens, que se tornaram os principais (quando não os únicos) provedores das necessidades materiais da família, além de outras consequências relacionadas ao estereótipo de gênero construído a partir desta lógica, como o sentimento de impotência diante do desemprego e desalento, o tabu da força e perfeição masculina diante do desempenho físico e sexual, a repressão aos sentimentos e emoções, podendo gerar agressividade e violências diante da frustração e desequilíbrio emocional, tal como Saffioti (2015) aponta, às quais incluímos outras questões prejudiciais aos homens relacionadas à masculinidade tóxica.

As bases ideológicas do machismo, do racismo, do ódio contra pessoas LGBTQIA+ e das políticas de austeridade fiscal repousam, portanto, materialmente, em diferentes formas de se regular e dividir a classe trabalhadora. Tratar o machismo como mera questão de cunho moral de cada indivíduo, bem como considerar a luta de mulheres contra a opressão patriarcal como um tipo de "falsa consciência" é, portanto, como também sugere Federici (2021), confinar mulheres a uma estratégia de "educação" das massas, sobretudo, de homens, quando as mulheres estão, em verdade, lutando para o combate estratégico de uma das bases de sustentação da exploração capitalista em si, que divide a classe trabalhadora a fim de amortecer o real conflito entre interesses das classes burguesas e das classes trabalhadoras.

A realidade brasileira atual, marcada pelo avanço do neoconservadorismo, analisada a partir da lente teórica da reprodução social nos aponta para a urgência da compreensão dos vínculos entre a exploração econômica e a opressão contra mulheres, pessoas não-brancas e população LGBTQIA+ no capitalismo. Permite-nos, ademais, compreendermos que nosso capitalismo dependente se origina, justamente, do fato da divisão internacional do trabalho nos ter relegado papel fundamental na reprodução social das classes trabalhadoras das nações do capitalismo central. Nesse sentido, esperamos que nossa exposição sobre a reprodução social como base material do patriarcado que estrutura a sociedade capitalista juntamente com o racismo e a divisão de classes sociais, tenha contribuído para apontar à necessidade urgente da consideração das epistemes feministas, sobretudo, dos feminismos marxistas, para o diagnóstico e ação transformadora da sociedade brasileira e fomento trabalhos e estratégias políticas futuras.

---

## REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos Cemarx*, n. 10, p. 39–60, 2018.
- ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE LESBIANAS, GAYS, BISEXUALES, TRANS E INTERSEX (ILGA): LUCAS RAMÓN MENDOS, Homofobia de Estado 2019. Homofobia Del Estado. p. 558, 2019.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135–188.
- CAMPANA, Maximiliano; MISKOLCI, Richard. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 573–591, 2017.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE LAURETIS, Teresa. *Documents.Mx\_a-Tecnologia-Do-Genero-Teresa-De-Lauretispdf.Pdf. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. [S.l: s.n.]. , 1994
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- FALQUET, Jules. A combinatória economia política : análises materialistas. p. 127–145, 2019.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1/2, p. 121, 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, Silvia. Reproduction and feminist struggle in the new international division of labor. In: DALLA COSTA, MARIAROSA; DALLA COSTA, GIOVANNA (Org.). . *Women, development and*

*labor of reproduction: struggles and movements*. Ashmara, Eritreia: Africa World Press, 1999. p. 47–82.

FERNANDES, Florestan. A consciência revolucionária da história. *Marx, Engels, Lenin: história em processo*. 1. ed. [S.l.]: Expressão Popular, 2012. p. 29–34.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 33–58.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. *David Harvey O NEOLIBERALISMO história e implicações* TRADUÇÃO Adail Sobral Maria Stela Gonçalves. [S.l: s.n.], 2008. Disponível em: <[www.loyola.com.br](http://www.loyola.com.br)>.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014.

HIRSCH, Joaquim. *Teoria materialista do Estado: processo de transformação do sistema capitalista de Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

IASI, Mauro. Lenin e o seu legado histórico, 150 anos depois. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, n. 2, p. 406, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAYORGA, Claudia *et al.* As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 463–484, 2013.

MELO, Hildete Pereira De; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, p. 135–158, 2009.

MELO, Flávia. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1–16, 2020.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

---

POSADA GÓMEZ, Diego Bernardo. The emergence of gender ideology® in Colombia: When you'd rather have a dead son than a gay son. *Cuadernos de Musica, Artes Visuales y Artes Escenicas*, v. 14, n. 2, p. 75–101, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO JR., Plinio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 672–688, 2012.

SCOTT, JW. Uma categoria útil para análise histórica. *Cadernos de Historia UFPE*, v. 4, p. 9–39, 2016.

VACCA, Giuseppe. *Estado e mercado, público e privado*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. [S.l: s.n.], 1991.

**Submetido em 07/06/2022**  
**Aprovado em 10/12/2022**